

A CARTOGRAFIA SOCIAL E OS PCT'S NA ESCOLA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DAS COMUNIDADES CAIÇARAS DO POUSO DA CAJAÍBA E DA PRAIA DO SONO (PARATY - RJ)

Matheus Gouveia

matheusgouveia19@gmail.com¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo relatar e analisar a experiência cartográfica vivenciada pelas escolas das comunidades caiçaras da Praia do Sono e do Pouso da Cajaíba, ambas localizadas na Baía da Ilha Grande, Rio de Janeiro. Essas experiências cartográficas surgiram a partir do envolvimento da Cartografia Social como parte de um projeto pedagógico das escolas intitulado “Guia Turístico”. A partir de uma abordagem decolonial este texto visa contribuir com o debate em torno das representações espaciais e suas implicações sócio-territoriais, discutindo sobretudo as etapas de produção, uso e interpretação de mapas, desde a escola e dos seus sujeitos. Tenta-se explicitar a proveitosa aproximação entre o cotidiano das comunidades e os processos de produção de representações espaciais através da escola.

Palavras-chave: Cartografia Social; Guia Turístico Escolar; Comunidades Tradicionais.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar uma experiência de Cartografia Social dentro do contexto educativo escolar de comunidades tradicionais na região costeira de Paraty-RJ. Todavia, compreendemos que seja de fundamental importância uma ampliação do “olhar”, um certo distanciamento da experiência em si, para que seja possível tecer uma reflexão sobre o contexto em que se encontra inserida. Deste modo, decidiu-se pelo recorte da Baía da Ilha Grande devido a uma série de elementos que serão expostos a seguir.

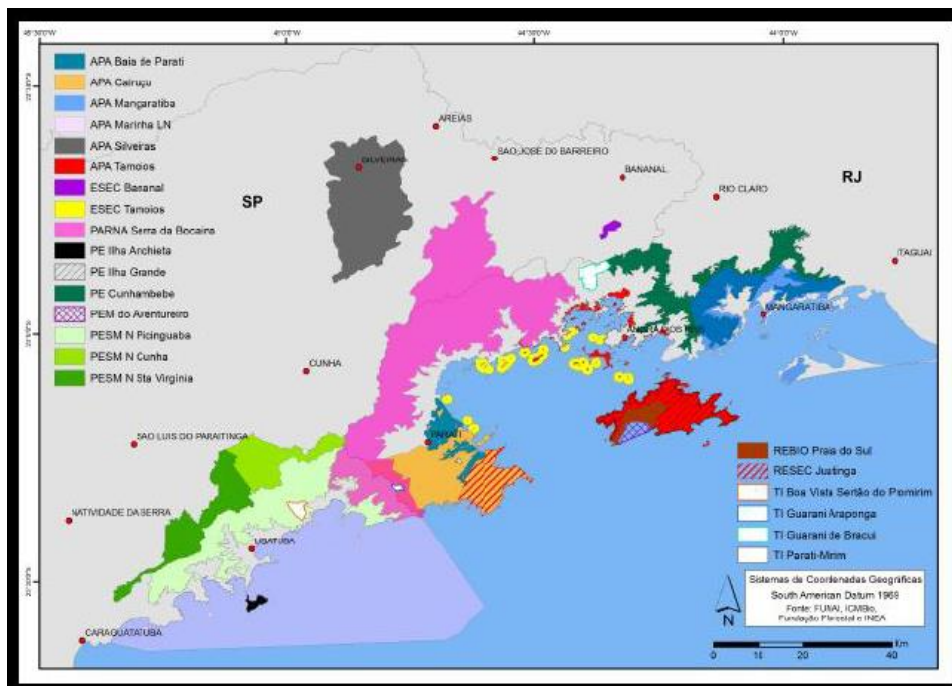
A Baía da Ilha Grande está localizada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, em área limítrofe com o estado de São Paulo. Encontra-se contida na mesorregião da *Costa Verde*, que é composta pelos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba conforme publicação da

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – POSGEO/UFF. Integrante do Grupo de Pesquisa CARTONOMIA.

Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) de 2014².

Um primeiro elemento considerado fundamental para a compreensão do contexto em que estão inseridas as experiências analisadas, são as sobreposições das Unidades de Conservação (UC). A baía da Ilha Grande compreende uma boa parcela do *Mosaico-Bocaina*, um mosaico de UC da região da Serra da Bocaina, conferido pela portaria nº 349 de dezembro de 2006 – que sofreu alterações nos anos seguintes – e pode ser observada no mapa a seguir:

Mapa 01. Mapa da disposição das Unidades de Conservação do Mosaico - Bocaina, 2015.



Fonte: Costa (2015)

A importância deste elemento pode ser entendida segundo as considerações de Costa (2015), quando propõe que existam diversos pontos deste mosaico em que as UC's se sobrepõem em fragmentos específicos das paisagens, que em muito, atravessam os territórios indígenas, caiçaras e quilombolas, ainda não reconhecidos pela legislação. O Mapa ainda expõe uma complexidade territorial, de caráter, sobretudo gerencial, pois, além da sobreposição de UC's

² Acessado dia 23/05/2018 em http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/Reg%20Gov_2013.pdf

ocorre também a presença não reconhecida – em sua maioria – de territórios tradicionais. O próprio autor exemplifica tal complexidade quando demonstra que atualmente, “[...] Das 18 UCs que compõem o Mosaico, 11 são de uso indireto, ou proteção integral (1 Parna, 4 Parest, 2 Esec, 1 Rebio e 1 Resec) e 7 de uso direto, ou uso sustentável (6 APAs e 1 RDS)” (COSTA 2015, p. 141), fazendo com que as sobreposições dependam de um conselho consultivo que promova as discussões relacionadas aos usos.

Destaca-se que no ano subsequente à portaria que cria o Mosaico-Bocaina, ocorreu um outro fato histórico elencado como pertinente ao recorte proposto neste trabalho, que é a promulgação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT de 2007, considerada uma (re) conquista simbólica e um avanço jurídico importantíssimos para os PCT's.

Pouco tempo depois, em meio a reuniões e decisões gerenciais relacionadas ao uso e manejo do mosaico recém criado, aconteceu o I Encontro de Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas do Mosaico Bocaina (2007), que culminou, dentre outros aspectos importantes, na criação do Fórum de Comunidades Tradicionais do mosaico Bocaina (FCT) que, “fortaleceu a posição das comunidades agora organizadas numa mesma instância de representação” (CASTRO, 2015, p. 139).

Compreendendo a relevância desta iniciativa, entende-se que a criação do FCT seja um terceiro elemento fundamental do contexto dos PCT's da baía da Ilha Grande, pois, fora criado com o intuito de garantir e promover o uso sustentável dos territórios tradicionais, assim como lutar pelo reconhecimento dos direitos territoriais dos PCT's dentro do Mosaico-Bocaina. Gomes (2016) expõe objetivamente a premissa do FCT:

[...] promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (GOMES, 2016, p.16).

Dando continuidade a exposição dos elementos que foram elencados como importantes pontua-se a criação do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) em 2009. Fruto de uma parceria entre o FCT, A fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o OTSS é definido no trabalho de Gomes (2016) através de seu coordenador Edmundo Gallo:



O OTSS é uma pesquisa-ação na qual a aproximação ao objeto científico realiza-se integrada à prática. Adota a ecologia de saberes, a interação entre os conhecimentos científicos e tradicionais, para uma definição da hierarquia de prioridades do território. O OTSS estabeleceu um modo de governança que coloca comunitários e pesquisadores como protagonistas do processo decisório, garantindo que as decisões e a operacionalização das ações sejam realizadas considerando saberes científicos e tradicionais. Usa um desenho de gestão baseado em espaços de planejamento estratégico e núcleos que decidem estratégias e operações de forma articulada. Este formato de Governança dialoga com o território e constitui uma ecologia de saberes territorializada, promovendo a autonomia pessoal e coletiva e a sustentabilidade do Projeto - OTSS. (GALLO, et al., 2015. apud GOMES, 2016 p. 17)

Entende-se, portanto, o OTSS como um quarto elemento importante a ser destacado no contexto dos PCT's presentes na baía da Ilha Grande, por contribuir, fundamentalmente, com o FCT e, conseqüentemente, com a realidade de diversas comunidades da localidade. Neste sentido, realizou-se um levantamento junto ao site do OTSS dos PCT's presentes na Baía da Ilha Grande, e os apontamentos direcionam para um quinto elemento contextual importante, a quantidade e diversidade dos PCT's da área, sendo 60 comunidades no total, 21 em Angra dos Reis e 39 em Paraty, onde coexistem quilombolas, caiçaras, pescadores artesanais e indígenas.

Retomando brevemente as proposições expostas outrora, entende-se que os elementos salientados até aqui como fundamentais para a compreensão do contexto dos PCT's na Baía da Ilha Grande, sejam: 1. A dificuldade gerencial promovida pela existência de um mosaico de 18 UC's distintas e sobrepostas; 2. A consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) de 2007; 3. A criação do Fórum de Comunidades Tradicionais da Bocaina entre 2007 e 2008; 4. A criação do OTSS em 2009; 5. A quantidade e a diversidade de PCT's nesta região.

Não obstante, ressalta-se também a consolidação de um polo da Universidade Federal Fluminense no Município de Angra dos Reis, a partir do ano de 2009. Que através dos cursos de Pedagogia, Políticas Públicas e Geografia, vem ampliando as pesquisas e reflexões sobre os PCT's da baía da Ilha Grande. Mais do que isso, a ampliação da atuação da UFF na região, tem auxiliado na luta por garantia de direitos desses Povos, por meio de projetos de extensão, pesquisa e ensino, tais como os analisados a seguir.

1. O projeto pedagógico do Guia Turístico nas escolas caiçaras: discussões sobre o ensino de geografia no contexto da produção de representações espaciais em territórios tradicionais

Para a elaboração deste texto utilizou-se como referência um artigo apresentado no VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), em 2017, por bolsistas do CARTONOMIA³, com o título “A Cartografia Social como Parte da Construção Curricular de Educação Diferenciada em Escolas Caiçaras na Zona Costeira de Paraty-RJ”. Outra base de referência importante foi o “Caderno Pedagógico para Projetos de Educação Escolar Diferenciada e Intercultural: a produção do Guia Turístico Local nas Escolas municipais Martins de Sá, na Praia do Sono, e Cajaíba, no Pouso da Cajaíba, Paraty-RJ”, elaborado também em 2017.

Este caderno reúne a descrição das atividades de Cartografia Social realizadas junto ao Projeto Pedagógico intitulado “Guia Turístico” nas escolas atendidas pelo “Projeto de Reorientação Curricular das escolas da Zona Costeira de Paraty – RJ”, e é coordenado por professores da UFF de Angra dos Reis, por meio de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR-UFF) e a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Paraty desde 2016. Soma-se a esse processo de reorientação curricular ainda as importantes contribuições do “Coletivo de Educação Diferenciada” da região, o que permitiu a elaboração de uma proposta de currículo “interdisciplinar e diferenciado, por meio de metodologia de rede temática e da pedagogia de projetos” (MONTEIRO, et al, 2016, p. 05)

O artigo mencionado acima é fruto das pesquisas e projetos de extensão, intitulados respectivamente “A Cartografia Social como parte da Construção Curricular de Educação Diferenciada em Escolas Caiçaras na Zona Costeira de Paraty-RJ”, e “Educação do Campo nas Comunidades Caiçara de Paraty: implantação do segundo segmento do Ensino Fundamental na Zona Costeira de Paraty – RJ”, ambos coordenados pelo CARTONOMIA com o objetivo de apoiar e analisar o processo de reorientação curricular elaborado e executado por este conjunto de atores.

³ Grupo de Pesquisa Para o Fortalecimento da Autonomia Territorial com Cartografia Social – CARTONOMIA/DGP/IEAR/UFF

Cabe salientar ainda, que todo o processo de construção e disputa para que se assegurassem a implementação efetiva de um currículo diferenciado para estas escolas, foi de fundamental importância e exibe uma fundamentação muito bem articulada pelos profissionais responsáveis e envolvidos durante esse processo. Todavia, a Cartografia Social é o objeto de análise neste trabalho, principalmente no que tange a sua relação com o Ensino de Geografia e os PCT's. Por este motivo, não haverá aprofundamento nessas outras dimensões importantíssimas, mas que fogem à proposta central do trabalho.

Dessa forma, o enfoque consiste na análise desta experiência da Cartografia Social inserida em uma proposta de reorientação curricular das escolas de educação diferenciada da Zona Costeira do Município de Paraty-RJ. Norteadas por esse projeto pedagógico, as escolas das comunidades do Pouso da Cajaíba e Martins de Sá (Praia do Sono), ambas comunidades caiçaras localizadas na península da Juatinga, utilizaram este projeto como direcionador das atividades durante cerca de cinco meses de trabalho, desenvolvendo uma série de atividades, como: coleta de dados e informações, trabalho de campo, oficina de saberes, oficina de fotografia e oficinas de Cartografia Social.

Mapa 02. Guia Turístico Pouso da Cajaíba, 2017.



Mapa 03. Guia Turístico Praia do Sono, 2017.



- **As Atividades**

Considerando que a Cartografia Social exerça o papel, tanto de metodologia, quanto de espaço de aprendizagem, destacam-se três atividades, sendo elas: 1. Cartografia Social: Reconhecimento e representação do Espaço vivido (Prof.^a Dr.^a Mara Edilara Batista de Oliveira); 2. Fotografia: um exercício do olhar (Fotógrafa Rita Rocha); 3. Trazendo os saberes da comunidade para dentro da escola (Prof. Dr. Lício Monteiro Rego, Prof.^a Iaci Sagnori de Mattos e Prof.^a Nelza Galosse).

A atividade “*Cartografia Social: Reconhecimento e representação do Espaço vivido*” propunha a elaboração do mapa do guia turístico das comunidades, e tinha como principal objetivo identificar e promover condições para a efetivação de um turismo de base comunitária, visto que o turismo local desordenado era considerado uma dificuldade enfrentada pelos caiçaras destas áreas. Partindo de uma premissa que subverte o processo mais comum de mapeamento, a proposta endereçava a responsabilidade de todo o processo aos próprios sujeitos, compreendendo que estes são os maiores conhecedores de suas realidades e cotidianos,



e assim sendo, a representação deve ser, assim como o território, caracterizada a partir da existência.

A atividade foi dividida em quatro etapas. A primeira foi a de “sensibilização da comunidade sobre o tema” (MONTEIRO, et al, 2017, p. 08) que a partir de um vídeo introduziu a discussão das diferenças entre a Cartografia Social, e as cartografias mais convencionais ou oficiais. Foram destacadas como diferenças:

1) ela representa aspectos da realidade das comunidades que não estão representados nas cartografias “oficiais”; 2) é construída pela comunidade de forma coletiva e diante de suas demandas e interesses; 3) é utilizada como um documento pela luta por direitos sociais; 4) dá ênfase à cultura e aos saberes dos nossos povos e comunidades tradicionais/originários. (MONTEIRO et al., 2017. p.8)

Logo em seguida, foi possível extrair a problemática do turismo desordenado e, por conseguinte, salientar a importância do Guia Turístico. Aqui, entendem-se que exista uma conexão frutuosa entre o processo de sensibilização e as oficinas de fotografia. A atividade “Fotografia: um exercício do olhar” conduzida pela fotógrafa Rita Rocha, além de contribuir para as ilustrações que acompanhariam o guia turístico, propunha à comunidade a captura de fotos “[...] com o seu olhar de morador com todo o seu contexto histórico e cultural local, pois de fato é o que movimenta o interesse do turismo onde vivem” (MONTEIRO et al. 2017, p.12).

De certo modo, considera-se que para além deste exercício de “olhar” através da fotografia como um importante fortalecedor e valorizador da cultura caiçara, exista um importante convite a se refletir sobre o espaço e seus sentidos e significados. Assim como propõe Rita Rocha, a oficina de fotografia pretende identificar os sentidos e significados que cada elemento espacial adquire segundo sua interação com a comunidade, e, isso deve ser percebido e tratado para que desperte o interesse dos visitantes, mas que ao mesmo tempo, contribui para a retomada, fortalecimento e promoção das práticas e culturas locais.

Isto nos remete a continuação da atividade de representação espacial, que em sua segunda etapa desenvolveu um mapa “croquí” que representasse diversos pontos elencados pelos alunos como turísticos. Todavia, a autora nos demonstra a capacidade da Cartografia Social de articular dimensões em seu método de construção da representação espacial, pois, “este mapa dava destaque aos pontos turísticos, entretanto, representava toda a comunidade a partir dos seus olhares” (MONTEIRO et al. 2017, p.9).

Partindo do tema guia turístico, a Cartografia Social permite que a comunidade de forma coletiva represente inúmeros e distintos espaços, assim como práticas, fazendo com que o produto final seja, para além de outras coisas, situacional, conforme indicam Almeida (2013) e Santos (2016). Assim, compreendemos que a Cartografia Social estimula o conhecimento “histórico-geográfico” dos caiçaras sobre cada lugar, objeto ou feição específica de seu território, contribuindo para uma ampliação da percepção e do olhar sobre sua própria cultura, alinhando-se com as proposições de Girardi (2008).

Diante disso, explicita-se a relevância da atividade “Trazendo os saberes da comunidade para dentro da escola”, descrita no caderno pedagógico pelo prof. Dr. Lício Monteiro, e pelas professoras Iaci Sagnori de Mattos e Nelza Galosse. Compreende-se a possibilidade de aproximação entre o caráter desta atividade e algumas considerações de Cruz (2014), sobretudo no que tange às questões de justiça cognitiva citadas anteriormente. A retomada e valorização de formas de saber não escolar exigem uma reflexão mais aprofundada, assim como os autores expõe no trecho:

Ao trazer para a experiência escolar os saberes da comunidade podemos trazer junto não só as habilidades e conhecimentos, mas também o próprio modo não-formal de aprendizagem que de diferentes formas se manifesta na transmissão desses saberes. Explorar os conhecimentos difusos numa comunidade é uma maneira de constatar que o conhecimento é social, depende da interação entre as pessoas e muitas vezes se transmite de forma tácita, através da imitação e da colaboração. (MONTEIRO et al, 2017, p.21)

Uma série de atividades foram levantadas como potenciais temas de oficinas a serem realizadas, como por exemplo, “ a contação de histórias, a culinária, a pesca, a construção de embarcações e instrumentos de pesca e a ciranda caiçara. “ (p.21). Contudo, as oficinas realizadas foram quatro, sendo elas: “duas de bordado (uma em cada praia), uma de cestaria (no Sono) e outra de roça caiçara e agrofloresta (no Pouso), “ que são entendidos como “uma amostra dos conhecimentos locais que podem ser valorizados tanto na educação quanto no turismo de base comunitária” (MONTEIRO et al. 2017, p.21).

As oficinas, segundo os relatos do caderno pedagógico, foram completamente dinâmicas, explorando todas as etapas de cada prática, retomando sua importância histórica, sua relação com a cultura caiçara, apresentando todos os momentos do processo através de moradores mais antigos das próprias comunidades. Entende-se que tal iniciativa possa ser



interpretada como importantíssima nesta disputa por justiça cognitiva, funcionando como um mecanismo de retomada, valorização, transmissão e perpetuação das práticas e sentidos culturais, ao mesmo tempo em que inscreve as formas de saber e aprender caiçaras em uma posição equivalente aos conhecimentos transmitidos na escola.

Produzindo assim, uma “sub-versão”⁴ dos discursos que constroem o mundo caiçara, (re)alocando seu centro difusor no cerne da existência caiçara. Pode-se observar tais proposições no trecho que define a Cartografia Social:

[...]enquanto espaço de aprendizagem dentro da escola, mas também como modo de refletir sua própria existência, inserindo os jovens no contexto dos conflitos territoriais e políticos vividos pela comunidade e estimulando com que eles próprios construam métodos e mecanismos que os ajudem a fomentar as discussões e amplie o processo de resistência, recuperando e valorizando seus saberes e suas práticas (RIBEIRO NETO, et al, 2017. p. 10).

Voltando às últimas duas etapas do processo de representação, destaca-se a contribuição fundamental de algumas geotecnologias, como os SIG's (Sistema de Informação Geográfica) e os GPS (Global Position System), e de como estas podem promover um novo momento experimentado tanto pelo ensino de geografia, quanto pelas pessoas para com seus espaços. Neste sentido, Fitz (2008), nos convida a refletir sobre um novo paradigma da Geografia estabelecido através do avanço das geotecnologias, um novo momento em que o objeto desta ciência possa ser trabalhado sobre novas possibilidades.

Na experiência da Cartografia Social com o Guia Turístico, estas ferramentas possibilitam não só o desenvolvimento da abstração que permite olhar o espaço de cima, importante para a formação dos alunos e entendimento do território, como também contribuíram para um produto final que atenda a todas as “especificidades” impostas pelas regras de representação cartográfica. É concebida segundo uma inversão no sentido de quem representa.

Outrora, profissionais que nem ao menos visitaram o território produziram mapas com diversos temas e informações, que por vezes, invisibilizaram, marginalizaram, excluíram, diversas comunidades, assim como apontam Rodrigues (2006) e Harley (2009). No entanto, com este advento das tecnologias e este novo paradigma da ciência geográfica, os processos de

⁴ Ver Cruz (2014).

representação espacial podem ser acessados por povos historicamente apagados pelo modelo de representação cartográfico mais difundido socialmente.

É a partir deste entendimento que se identifica uma inversão no sentido das representações espaciais, seja pela forma como valoriza, retoma e encrava as práticas e a cultura no território, ou pela capacidade de se equivaler a qualquer representação “oficial” ou “científica” fazendo ecoar o discurso do oprimido, desmascarando e revelando toda a perversidade, contida não só nas representações, mas também na própria ciência geográfica e “cultura” eurocêntrica moderna.

Considerações Finais

Compreendendo a condição enfrentada por diferentes nações e povos ao redor do mundo, que, a partir da expansão colonial europeia experimentaram longos anos de apagamento, exclusão e marginalização, das mais distintas ordens – cultural, política, econômica, entre outras – torna-se possível afirmar que os efeitos deste período sejam muito mais significativos do que aparentam. A consolidação de um sistema em escala global, de caráter econômico e predatório, atravessou esferas culturais e espaciais de tal forma que, praticamente, naturalizou um modelo específico de organização político-territorial. Este modelo encobriu não apenas outras formas de organização espacial, como também, aniquilou modos de vida, subalternizou conhecimentos e saberes, além de usurpar recursos e riquezas. Travestido de progresso, este projeto de mundo europeu avançou de forma avassaladora por espaços e épocas, se fazendo presente há mais de cinco séculos e sendo fortemente perceptível nos dias de hoje⁵.

No contexto brasileiro, estes povos historicamente marginalizados e apagados pelo avanço do mundo colonial, participaram de importantes alterações no curso dos conflitos gerados a partir das relações assimétricas que caracterizam a gênese da dominação colonial. Sobretudo após os anos 1980 uma série de comunidades se organizam e começam a reivindicar direitos sociais e cognitivos, desejam instituir maneiras de reparar os danos causados ao longo de décadas e décadas de submissão.

⁵ Ver Porto-Gonçalves (2012).



Neste período ocorre uma importante aproximação entre a Geografia brasileira, sobretudo a corrente crítica, e os movimentos de Povos e Comunidades Tradicionais, que, apresentam esta especificidade histórica, epistêmica e política. A partir disso, diversos autores propõe a aproximação das interpretações científicas ao cotidiano e formas de existir destas comunidades, contribuindo assim, para suas pautas de reivindicação e para a valorização de seus saberes e práticas.

A Geografia, no período, pretendia evidenciar a relação fundamental entre essas comunidades e seus espaços, que resultaram em novas propostas de abordagens e definições, principalmente, acerca do conceito de território. Destacando a necessidade do território para a sua reprodução, a Geografia propõe contribuições que endereçam a estes movimentos sociais uma particularidade significativa, a de que o território se encontra no cerne das disputas e conflitos.

Desde então, importantes avanços aconteceram na esfera política destes conflitos, como é o caso da promulgação da PNPCT e a criação da CNPCT, que buscam justamente legitimar esta relação mútua de existência entre PCT's e seus territórios.

No entanto, como salientado anteriormente, os desdobramentos e efeitos deste *sistema mundo moderno colonial europeu* perpassa outras esferas além da política, se fazendo muito presente nas ciências e em suas técnicas. A própria Geografia se sistematiza em meio a um projeto político e econômico, com função e propósito específicos, fazendo com que fosse ao decorrer das épocas apropriada e utilizada em prol dos interesses, preferencialmente capitalistas. Assim como apresentado por alguns autores, a Geografia e seu ensino foram, e são, importantes elementos para a reprodução e manutenção do ideário colonial europeu⁶.

Assim, entende-se que uma abordagem decolonial seja imprescindível no sentido de expor as colonialidades que são inerentes as mais diversas escalas e esferas. Elucidando o processo de apagamento e exclusão de alguns povos, mas que também seja capaz de questionar as bases epistêmicas, os serviços prestados pelos diferentes conhecimentos, e o principal, apresentar alternativas ou possibilidades de superação.

⁶ Ver Pereira (2009)

Neste ponto, é que entendemos como positiva a aproximação entre decolonialidade, a Geografia e a Cartografia Social, onde esta última é concebida como uma alternativa e, também, como possibilidade de reparo histórico. Esta que pode ser entendida enquanto uma metodologia que inverte totalmente o sentido dos processos de representação espacial, e que extrai do cerne da existência a confecção dos mapas, promove uma retomada, seguida de valorização e fortalecimento, que subvertem a narrativa sobre o mundo e revela a possibilidade de valorização de uma nova base epistêmica.

Este “novo” não se restringe apenas aos processos de mapeamento, ele avança sobre as utilizações dos conhecimentos geográficos, atribuindo ao Ensino de Geografia uma função relevante dentro destas comunidades. Desta forma, a Geografia, e por consequência o seu ensino, tornam-se ferramentas importantíssimas de resistência e reivindicação dos PCT’s, contribuindo para reflexões tanto internas quanto externas às comunidades.

Neste sentido entende-se que a apropriação da Geografia e seu ensino desde uma abordagem decolonial permite aos PCT’s alternativas e possibilidades de, através da Cartografia Social, construir e utilizar como instrumentos didáticos, versões de mundo elaboradas a partir da valorização de suas próprias formas de vida. Deste modo, a Cartografia Social, associada ao Ensino de Geografia, altera drasticamente todo o processo de representação espacial, desde as tomadas de decisão que levam até a necessidade de mapeamento e se estendem até o uso e veiculação dos mapas produtos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Nova Cartografia Social da Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; JUNIOR, Emmanuel de Almeida Farias. (Org.) **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus, 2013

CRUZ, V. C. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: Onildo Araújo da Silva; Edinuzia Moreia Carneiro Santos; Agripino Souza Coelho Neto. (Orgs.). **Identidade, Território e Resistência**. 1ªed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1, p. 37-72.

COSTA, A. J. F. da. **Mosaicos de áreas protegidas e unidades de conservação. Dificuldades e desafios num arranjo de governança híbrida: o caso do Mosaico Bocaina**, 2015. Tese



(Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo – SP.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicações**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

GALLO, E; et al. Território, Governança e Autonomia: o caso do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS). In: **Anais do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva**, nº 11. Goiania: ABRASCO, 2015.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária**. Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia). Unesp, Presidente Prudente, 2008.

GOMES, Lília Maria Valente Seidensticker. **Projeto de Intervenção - Revitalização do conhecimento e uso das plantas medicinais em uma comunidade tradicional do mosaico da bocaina**. 2016. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Instituto de Tecnologia em Fármacos/Farmanguinhos, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

HARLEY, J. Brian. Mapas, saber e poder. In: Revista Confns, nº. 5. (jan./jun. 2009). Disponível <<http://confns.revues.org/index34html>>. Acesso em 24 de agosto de 2018.

MARTINELLI, M. Os mapas da Geografia. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Cartografia**, nº 22. SBC: Macaé, 2005, p. 1-12.

MONTEIRO, Licio Caetano do Rego; NOBRE, Domingos Barros. OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de (Orgs.). **Caderno Pedagógico para Projetos de educação escolar diferenciada e Intercultural: a produção do Guia Turístico Local nas Escolas Municipais Martin de Sá, na Praia do Sono e Cajaíba, no Pouso da Cajaíba**. Parceria: UFF, Projeto Ojumoran, OTSS, FCT, e PME-Paraty, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tiempo. In: Instituto de Investigaciones Sociales. Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, Mayo, 2012.

RIBEIRO NETO, Luiz Gonzaga; GOUVEIA, M.; OLIVEIRA, M. E. B. A Cartografia Social Como Parte Da Construção Curricular De Educação Diferenciada Em Escolas Caiçaras Na Zona Costeira De Paraty. In: **Anais VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional De Geografia Agrária**. Curitiba. Geografia das Redes de Mobilização Social na América Latina. Curitiba: UFPR, 2017.

RODRIGUES, Fátima da Cruz. Mapas: (Re)Cortes Coloniais. In: **O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC**, No 1, 2006.

SANTOS, Dorival dos. Cartografia Social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. In: **InterEspaço**, Grajaú/MG, v. 2, n. 6, p. 273-293, maio/ago. 2016,